

COMUNICAR PARA INCLUIR: RELATO DA EXPERIÊNCIA DO SUBCOMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CURIMATAÍ

COMMUNICATING FOR INCLUSION: REPORT ON THE EXPERIENCE OF THE CURIMATAÍ RIVER BASIN SUBCOMMITTEE

Tamires Clei Nunes 

Mestranda do Programa de pós-graduação Sociedade, Ambiente e Território
(UFMG/Unimontes), Montes Claros, Minas Gerais, Brasil.

E-mail: tamires.nunes@edu.unimontes.br

RESUMO

Este artigo apresenta um relato de experiência sobre a atuação do Subcomitê de Bacia Hidrográfica do Rio Curimataí, inserido no Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, em Minas Gerais. A pesquisa qualitativa se fundamenta na análise documental e na observação participante da autora, que integrou a coordenação da sociedade civil entre 2019 e 2021. O estudo examina os desafios da gestão participativa durante a pandemia de Covid-19, destacando os impactos da desarticulação social, das rupturas na liderança e das dificuldades de acesso às tecnologias digitais. Utilizando os conceitos de tipo ideal e dominação carismática de Max Weber, delineia-se o perfil do mobilizador social capaz de fortalecer a governança hídrica e ampliar o controle social. Conclui-se que a comunicação contínua e a mobilização social efetiva são elementos indispensáveis para a consolidação da gestão democrática das águas.

Palavras-chave: Gestão participativa; Mobilização social; Comitês de bacia hidrográfica; Governança; Recursos hídricos.

ABSTRACT

This article presents an experience report on the work of the Curimataí River Basin Subcommittee, part of the Velhas River Basin Committee in Minas Gerais, Brazil. The qualitative research is based on document analysis and participant observation by the author, who coordinated the civil society segment between 2019 and 2021. The study examines the challenges of participatory management during the Covid-19 pandemic, highlighting the impacts of social disarticulation, leadership ruptures, and difficulties in accessing digital technologies. Drawing on Max Weber's concepts of ideal type and charismatic domination, the article outlines the profile of the social mobilizer capable of strengthening water governance and enhancing social control. The findings suggest that continuous communication and effective social mobilization are essential for consolidating democratic water management.

Keywords: Participatory management; Social mobilization; River basin committees; Governance; Water resources.

INTRODUÇÃO

O Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas é reconhecido no Brasil pela descentralização da gestão das águas, subdividido em 23 Unidades Territoriais Estratégicas (UTES) (CBH Velhas, 2021). Este estudo foca na unidade territorial do Rio Curimataí, que abrange Augusto de Lima, Buenópolis e Joaquim Felício, totalizando 2.218,66 km² (CBH Velhas, 2016). O subcomitê do Rio Curimataí, criado em 1999, passou por reestruturação entre 2014 e 2019, mas enfrentou nova ruptura na pandemia de 2020.

A Agência Nacional de Águas (2020) define a gestão participativa como processos de diálogo que incluem todos os setores e grupos envolvidos para compartilhar conhecimentos, identificar desafios e planejar ações coletivas. Este estudo, baseado na experiência direta da autora na coordenação da sociedade civil do subcomitê (2019-2021), analisa a governança em um conselho consultivo, buscando responder: é possível promover uma participação social efetiva?

Utilizando métodos de pesquisa social aplicada às ciências ambientais, os dados foram obtidos de documentos socioambientais do subcomitê. A hipótese é que uma comunicação fluida promove a gestão participativa. O objetivo central é compreender os obstáculos para uma gestão participativa durante a pandemia de Covid-19 em 2020, com foco nos conselheiros e mobilizadores sociais. A pesquisa qualitativa incluiu a revisão de documentos técnicos, publicações do CBH Velhas, atas de reuniões do SCBH do Rio Curimataí, documentos da Agência Nacional de Águas e relatos de membros do subcomitê. Além disso, conceitos de Max Weber (1864-1920) sobre tipo ideal e dominação carismática foram utilizados para generalizar o modelo de mobilizador social.

Os resultados parciais indicam que a interrupção das reuniões presenciais, somada à dificuldade de acesso às tecnologias digitais por conselheiros residentes em áreas rurais, fragilizou a continuidade da participação social. Ao mesmo tempo, observou-se que lideranças com forte carisma e capacidade de comunicação exerceram papel decisivo na manutenção do engajamento, ainda que em condições adversas.

Por fim, a estrutura deste artigo organiza-se da seguinte forma: inicialmente, apresenta-se o contexto da bacia hidrográfica e do Subcomitê do Rio Curimataí; em seguida, discutem-se os pressupostos teóricos sobre participação social e mobilização; posteriormente, analisa-se o estudo de caso com base na experiência direta da autora; e, por fim, são expostas as considerações finais, destacando os aprendizados e desafios para

a consolidação da gestão participativa das águas.

O RIO CURIMATAÍ NO CONTEXTO DO RIO DAS VELHAS

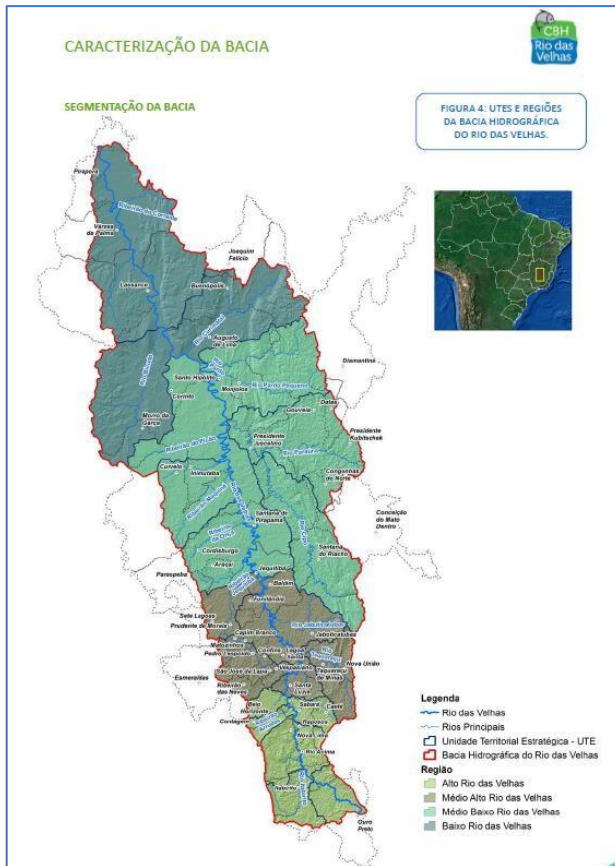
A Lei de Águas Nº 9.433/1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, criou o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, promovendo a gestão descentralizada e participativa, com a participação do Poder Público, usuários e comunidades. A gestão deve ser fundamentada por um plano diretor de recursos hídricos, outorga e cobrança pelo uso das águas e informações georreferenciadas (CBH Velhas, 2016).

A gestão participativa das águas é realizada por comitês de bacias, órgãos colegiados que incluem o poder público, sociedade civil e usuários de água, avaliando os diferentes interesses sobre os usos das águas e possuindo poder de decisão (ANA, 2020).

O Rio São Francisco, gerido pelo CBHSF, abrange sete estados e 505 municípios, sendo seu principal afluente o Rio das Velhas, localizado em Minas Gerais (CBHSF, 2020). A Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas tem 27.850 km², abrangendo 51 municípios com uma população estimada de 4,5 milhões de habitantes (CBH Velhas, 2016). A bacia está inserida nos biomas Cerrado e Mata Atlântica, com vegetações predominantes de Campos e Cerrado, apesar de 90% do território estar modificado pela ocupação antrópica (CBH Velhas, 2021).

A bacia do Rio das Velhas possui seu próprio comitê, instituído em 1998, seguindo os moldes da Lei das Águas. A bacia é subdividida em 23 Unidades Territoriais Estratégicas (UTES), cada uma com seus subcomitês, que incluem representantes do poder público, sociedade civil e usuários de águas (CBH Velhas, 2021).

Figura 1: Caracterização da bacia hidrográfica do rio das Velhas



Fonte: Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas 2015-2030.

A UTE da Bacia Hidrográfica do Rio Curimataí abrange os municípios de Augusto de Lima, Buenópolis e Joaquim Felício. A bacia do Rio Curimataí ocupa uma área de 2.218,66 km², com uma população de 11.255 habitantes (IBGE, 2010). Seus rios, como o Rio Curimataí, são importantes para a recarga de águas limpas no Rio das Velhas (CBH Velhas, 2016).

O enquadramento dos corpos de água em classes, conforme estabelecido pela Resolução CONAMA nº 357/2005, define padrões de qualidade de água necessários para atender aos usos preponderantes, variando de classe 1 (águas de melhor qualidade) a classe 4 (águas de pior qualidade). O Rio Curimataí é enquadrado como classe 2, o que significa que suas águas são destinadas ao abastecimento humano, após tratamento convencional, proteção das comunidades aquáticas, recreação de contato primário (como natação), irrigação de hortaliças e plantas frutíferas consumidas cruas, além de atividades de pesca.

Figura 2: Área de abrangência da Bacia Hidrográfica do Rio Curimataí



O Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, instituído em 1998, foi pioneiro na gestão participativa das águas em Minas Gerais, apesar de ter sido criado em cumprimento a uma agenda do Banco Mundial. A criação dos comitês de bacias hidrográficas no Brasil ocorreu no contexto da redemocratização e da Constituição de 1988, que exigiu um sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos com maior interação social na tomada de decisões (CBH Velhas, 2021).

O CBH Velhas, um órgão colegiado, consultivo, deliberativo e normativo, atua na área da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas e integra o Sistema Estadual de Recursos Hídricos (CBH Velhas, 2021). Com a premissa de descentralização da gestão, a criação de unidades territoriais estratégicas e subcomitês foi inspirada pelos Núcleos Manuelzão, reunindo diversos atores sociais para debater dinâmicas territoriais específicas (CBH Velhas, 2021).

O CBH Velhas foi o primeiro comitê a instalar subcomitês, com o objetivo de fortalecer a mobilização e estreitar a relação com as questões ambientais locais (ANA, 2020). Os subcomitês são consultivos, auxiliando na articulação de atores locais e enriquecendo os debates no CBH Velhas. Suas atividades incluem educação ambiental, mobilização social, formação de banco de dados e expedições em corpos d'água.

As ações de comunicação, educação ambiental e mobilização social do CBH Velhas garantem protagonismo nacional, sensibilizando e incentivando comunidades para a preservação ambiental e promovendo a troca de conhecimentos. A comunicação institucional garante a transparência das iniciativas do Comitê, enquanto a mobilização social organiza a participação dos diversos segmentos nas decisões sobre a bacia (CBH Velhas, 2021).

No cenário de escassez hídrica, o CBH Velhas acredita na construção coletiva para uma gestão efetiva dos recursos. Sua equipe de mobilização promove seminários, encontros e visitas de campo para conscientizar e discutir formas de reverter a escassez e melhorar a qualidade da água. Além disso, a equipe organiza e apoia subcomitês, capacita membros do Comitê e utiliza geoprocessamento para integrar informações geográficas diversas.

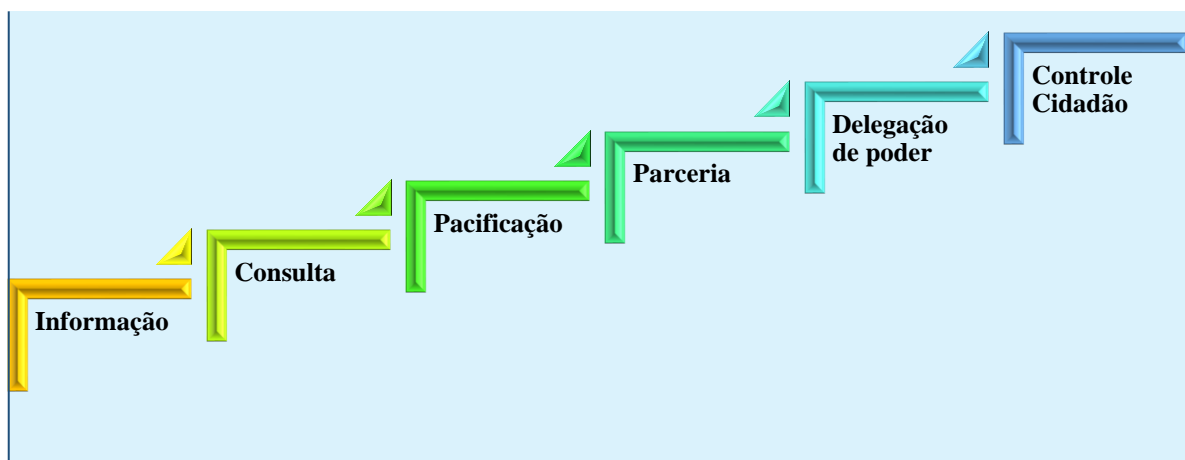
Destacam-se dois projetos: o Projeto do Rio das Velhas 2, focado na comunicação social, e o Projeto Estação Ecológica de Fechos, voltado para a valorização hídrica (CBH Velhas, 2021).

Embora os comitês proporcionem participação popular na gestão dos recursos hídricos, é necessário mensurar, monitorar e avaliar os processos de dinâmica social. Em junho de 2022, na reunião dos Subcomitês do Médio Baixo e Baixo Rio das Velhas “Diálogos Regionais”, foram discutidos entraves enfrentados, mas não se mencionou o impacto da desarticulação da participação durante a pandemia (CBH Velhas, 2021).

A Agência Nacional de Águas (ANA, 2020) define a gestão participativa como um processo de diálogo que inclui todos os setores envolvidos em uma questão, compartilhando conhecimentos, identificando desafios e planejando ações coletivamente. Instrumentos básicos de participação social incluem plebiscitos, referendos e leis de iniciativa popular, que fortalecem a democracia e atendem demandas sociais, reduzindo desequilíbrios no acesso à informação e na tomada de decisões.

Essa modalidade de gestão está aliada a etapas, uma vez que a participação deve ser entendida como um processo, pois é continuada. Isso não significa que devemos estar o tempo todo envolvidos, mas sim que ela é parte de uma vivência política e social que não se esgota em um evento ou em um objetivo alcançado. Para melhor compressão desse processo continuado, a ANA menciona o modelo sintetizado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) que elenca os diversos níveis que a participação social é capaz de alcançar (ANA, 2020), conforme mostrado na Figura 3.

Figura 3: Níveis alcançados pela participação social



Fonte: do autor, adaptado do conteúdo do curso “Ciclo de Capacitação em Gestão Participativa” do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, a partir de Drummond et al., 2009. 2022.

Em síntese, a informação é essencial para manter a mobilização em um processo de gestão participativa. Quando um grupo conhece o que ocorre sobre um tema, sente-se parte do processo. A consulta busca opiniões ou posições, como nas consultas públicas de licenciamento ambiental. A pacificação atende demandas específicas de um grupo, após acesso à informação e consulta sobre suas necessidades.

A parceria é uma forma mais complexa de participação, onde o grupo identifica desafios, informa prioridades e colabora com o governo ou instituições para planejar e executar atividades. No processo participativo com distribuição de responsabilidades, o grupo assume parte das tarefas. Na delegação de poder, o grupo recebe todas as responsabilidades para realizar uma atividade ou solucionar um problema, exigindo alta mobilização e organização.

O nível mais alto de participação é o controle social, onde a sociedade atua diretamente em áreas de interesse coletivo, com transparência, acesso à informação, debates e espaços para opiniões. Esse controle envolve grande mobilização de todos os setores, participação na elaboração de políticas públicas e acompanhamento das ações e projetos públicos

TIPO IDEAL DA MOBILIZAÇÃO

Segundo Toro e Werneck (1997), a mobilização social ocorre quando um grupo decide e age com um objetivo comum, buscando resultados desejados por todos. A participação é um ato de escolha e liberdade, onde as pessoas decidem se envolver ou não, dependendo se se veem como capazes de provocar mudanças. Mobilizar é um ato racional, com um objetivo pré-definido e um propósito comum, orientado para a construção de um futuro. Se o propósito é passageiro, transforma-se em evento ou campanha, não em mobilização contínua, que requer dedicação constante e produz resultados diários.

A mobilização envolve agentes em mudanças coletivas, com objetivos e metas alcançáveis, necessitando de acompanhamento próximo e adaptações imediatas. O mobilizador é o elo entre os atores sociais e a causa, disseminando o ideal de que o bem comum é um direito e dever do cidadão, sendo um trabalho voluntário que pode trazer prestígio social e profissional.

O mobilizador deve ser capaz de estimular um grupo diversificado, mobilizando vontades para um propósito comum. Observações no Subcomitê de Bacia Hidrográfica do Rio Curimataí entre 2019 e 2022 sugerem um tipo ideal de mobilizador social, usando os conceitos de tipo ideal e dominação carismática de Max Weber. O tipo ideal é uma

construção mental do pesquisador para análise comparativa de comportamento, enfatizando aspectos específicos do objeto de estudo.

A dominação carismática, segundo Weber, é baseada na devoção afetiva dos dominados às qualidades pessoais do dominador, sem procedimentos ordenados para nomeação e substituição, sendo instável e dependente da devoção afetiva.

Concluimos que o tipo ideal do mobilizador social do Subcomitê de Bacia Hidrográfica deve ter conhecimento técnico sobre meio ambiente e recursos hídricos, explorar a UTE por mapas e documentos, ser bom ouvinte e acolher demandas do grupo, ter traquejo social para identificar lideranças e estimular conselheiros inseguros, e possuir comunicação fluída e constante. Além disso, deve ter um discurso alinhado ao propósito, sendo cordial, perspicaz, propositivo e firme, com brilho nos olhos para convencer sobre ideais.

ESTUDO DE CASO: A MOBILIZAÇÃO SOCIAL NO PROJETO HIDROAMBIENTAL

O Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (2015) destaca que a mobilização social através dos subcomitês tem gerado resultados positivos na gestão dos recursos hídricos. O documento prevê educação ambiental, comunicação e mobilização social, conforme diretrizes do CBH Rio das Velhas, valorizando a participação social histórica na bacia e a necessidade de ampliá-la para a conservação dos recursos hídricos.

O Subcomitê de Bacia Hidrográfica do Rio Curimataí foi criado em 2006, após a criação do Parque Estadual da Serra do Cabral. Surgiu devido a conflitos socioambientais relacionados às atividades econômicas na Serra do Cabral. Hermes Carneiro, conselheiro pioneiro, relata que o grupo inicial compartilhava o interesse pela proteção das águas, especialmente das nascentes, devido à diminuição do volume dos rios. A participação diminuiu em algum momento, mas foi retomada em 2014.

Em 2015, parcerias foram estabelecidas com o Instituto Estadual de Florestas, Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, Projeto Manuelzão, Vallourec, RC Flor – Eco Agrícola, Copasa e prefeituras locais para a Expedição Hídrica do Parque Estadual

Serra do Cabral. O objetivo era identificar e diagnosticar nascentes e corpos hídricos da bacia do Rio Curimataí.

Em 2017, a UTE do Rio Curimataí foi contemplada com o projeto Hidroambiental, envolvendo Buenópolis, Augusto de Lima e Joaquim Felício. Executado pela Inovesa com apoio técnico da Agência Peixe Vivo, o projeto visou a recuperação ambiental em microbacias, com técnicas como topografia, paliçadas, plantio e cercamento de mudas. Foram construídas 925 barraginhas e implantados 8.575,85 metros de terraços em nível, ajudando na infiltração de água, evitando erosões e preservando estradas vicinais.

Projetos de intervenção em áreas rurais enfrentam desconfiança, superada através de mobilização social e educação ambiental. Em abril de 2019, no seminário final do projeto, comunitários reconheceram os benefícios das barraginhas e outras técnicas conservacionistas. A participação ativa dos envolvidos foi essencial para o sucesso do projeto.

A comunicação social foi fundamental, auxiliando na transmissão dos objetivos, divulgação das ações e mobilização da comunidade. Foram realizadas atividades de sensibilização e educação socioambiental, distribuição de cartilhas e convites, e fixação de banners, aumentando a adesão da população.

O seminário final contou com 55 participantes, incluindo moradores das comunidades beneficiadas, equipes técnicas e lideranças locais. As intervenções na sub-bacia do Rio Curimataí foram uma estratégia eficaz para mobilizar comunidades rurais, melhorando a qualidade e quantidade do abastecimento de água.

Figura 4: Seminário final do projeto hidroambiental



Fonte: CBH Velhas, 2021, p.199.

A GESTÃO 2019-2021

Em 26 de abril de 2019, no seminário final do projeto hidroambiental, foi anunciada que a eleição para composição de uma gestão seria no mês seguinte, com o sucesso dos resultados apresentados no seminário o trabalho de mobilização do CBH Velhas gerou uma composição com membros engajados nas questões ambientais da região com representantes dos três municípios envolvidos, com coordenações para as três frentes previstas nos subcomitês, poder público, sociedade civil organizada e usuários de água.

Figura 5: Conselheiros eleitos para a Gestão 2019-2021 do SCBH do Rio Curimataí



Fonte: Arquivo pessoal da própria autora.

As reuniões mensais subsequentes contaram com um quórum representativo que debateu as possibilidades de desenvolver novos projetos. Em outubro, a coordenação geral, na gestão do Hugo Azevedo Lana Filho (*In memoriam*, 1962-2020), em parceria com a conselheira Tamires Clei Nunes, autora dessa pesquisa, propuseram um plano de ação para 2020 com o objetivo geral de promover uma gestão integrada dos recursos hídricos envolvendo todos os setores da sociedade, além de revisar e atualizar o protocolo de nascentes desenvolvido pela expedição hídrica anteriormente mencionada, visto que

já haviam se passado cinco anos de sua realização, para promover a recuperação e recomposição vegetal de nascentes e estabelecer um diálogo com o Comitê de bacia hidrográfica dos rios Jequitaiá e Pacuí, afluentes do rio São Francisco, que detém o domínio de grande parte da extensão territorial dos municípios de Joaquim Felício e Buenópolis.

Mais uma vez o grupo se mostrou atento e propositivo, todas as estratégias elaboradas pela dupla foram amplamente debatidas por todos os presentes que expuseram as mais diversas visões acerca do plano, o então mobilizador social do CBH Velhas, que acompanhava este subcomitê realizou uma excelente mediação e ao final da participação social e de consenso democrático foi firmado o compromisso de realizar o plano.

Em janeiro de 2020, um dos objetivos foi atingido pelo então coordenador geral que conseguiu promover o diálogo com o CBH dos rios Jequitaiá e Pacuí, através do vice-presidente o José Valter, que se mostrou solícito em realizar intercâmbios de saberes. Os outros dois objetivos de recuperação e preservação de nascentes com a revisão da Expedição ficaram em vias de serem desenvolvidos em parceria com a Associação Regional de Proteção Ambiental – ARPA do município de Buenópolis-MG.

Em seguida, em fevereiro de 2020, foi realizada a primeira reunião do ano do SCBH do Rio Curimataí, no município de Joaquim Felício, da qual o então coordenador geral, reapresentou os objetivos do plano de ação de 2020 e foi firmado o compromisso de seguir o cronograma de ações. O cronograma de ação está mostrado no Quadro 2:

Quadro 1: Cronograma 2020 elaborado pela coordenação do SCBH Rio Curimataí

Plano de Ação 1º semestre de 2020	
	<ul style="list-style-type: none"> Março: 2ª Reunião em Buenópolis – apresentação do projeto de recuperação de pastagens, com participação da câmara técnica do CBH juntamente com Agência Peixe Vivo; Encaminhamento de ofício para Copasa para averiguar permanência no subcomitê; Apresentação do histórico do cercamento de nascentes no Pé de Serra; Acionar o CODEMA dos municípios pertencentes ao subcomitê Curimataí para apurar os impactos ambientais causados pelas empresas privadas da região (mineração, eucalipto, café e soja); Solicitar estudo para classificação das águas e verificar possível alteração para enquadramento vigente; Participação na Semana do Rio das velhas; Participação no simpósio SBSF; Intercâmbio entre subcomitês Curimataí e Guaicuí, os resultados deverão ser apresentados no encontro anual de subcomitês; Proposta de Educação ambiental na comunidade do Milho Verde, município de Augusto de Lima.

Fonte: Acervo pessoal da própria autora.

O que não estava prevista no planejamento anual era o advento de uma pandemia mundial causada pela covid-19. No início de março de 2020 foi decretado isolamento social, qualquer tipo de aglomeração de pessoas estava proibido, consequentemente a 2ª reunião não ocorreu e as atividades previstas foram adiadas até segunda ordem.

Com um cenário de medos e incertezas na saúde pública, foi inevitável que a desarticulação do grupo acontecesse, o subcomitê viveu meses de silêncio sobre a continuidade das ações, até que em 15 de maio de 2020 o silêncio se rompeu pela repentina notícia do falecimento do coordenador geral, o saudoso companheiro Hugo Lana, deixou seu legado marcado na história da reestruturação do subcomitê do Rio Curimataí. Sua figura carismática e ativa fez-se perceptível que o engajamento pessoal de lideranças em subcomitês de bacia são o diferencial para influenciar toda a cadeia social, colocando em voga um dos pilares da mobilização social, uma vez que processos democráticos e participativos como este foram uma luta que ele assumiu durante sua vida dedicada ao ativismo ambiental.

Em meio ao cenário de isolamento, onde as reuniões estavam suspensas, a perda do líder foi o segundo grande abalo para a articulação do grupo, foi necessário um rearranjo interno da coordenação. O Hugo Lana, era o coordenador da sociedade civil e coordenador geral, assim o mobilizador social Élio Domingos, sugeriu que a coordenação da sociedade civil ficasse a cargo da conselheira Tamires Nunes, autointitulada secretária do Hugo Lana, e a coordenação geral fosse assumida pela segunda chapa mais voltada na eleição do conselho, ficando a cargo da coordenadora do poder público, a Mariângela Brita. O rearranjo foi aprovado em reunião online.

A partir do segundo semestre de 2020, o CBH Velhas deliberou que as reuniões dos subcomitês, junto à equipe de mobilização social, poderiam ocorrer de forma remota, a alternativa funcionou bem para alguns subcomitês que se têm notícias através da própria equipe de mobilização. Entretanto, na realidade social do SCBH do Rio Curimataí essa modalidade não obteve aderência, uma vez que a maioria dos conselheiros não tinha habilidades de manuseios com as Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC's, como plataformas digitais de videoconferência e os conselheiros residentes nas zonas rurais não tinham acesso à internet, ou o acesso era precário para conseguir participar ativamente.

Apesar do embargo na participação de todos os envolvidos, a coordenação da sociedade civil percebeu uma possibilidade mínima de ação contando com a parceria do CBH Velhas. Ocorre que no município de Buenópolis há um espaço de lazer público, o Parque do Riachão que, não por acaso, carrega o nome do principal rio da cidade, o Riachão. Esse espaço de domínio público, passou anos com uma imagem de abandono, até que no fim de 2019 e ao longo de 2020 um cidadão buenopolense, lutou pela concessão do espaço e iniciou a revitalização e manutenção do espaço.

Em poucos meses, a comunidade buenopolense se organizou em um grupo voluntariado autointitulado “Cuidadores do Riachão” e, juntos, promoveram uma verdadeira transformação no paisagismo do local, realizaram coleta de resíduos sólidos, poda das árvores, combateram as plantas infestantes, manejaram as pedras do rio, realizaram plantio de flores, implantes de árvores e coqueiros doados por moradores da cidade, construíram mesas, bancos e pontes. Esse conjunto de ações fez com que as águas aumentassem seu volume, sua correnteza e transformaram o parque em um cartão postal municipal, exemplo de boas práticas socioambientais.

Neste contexto, a coordenação da sociedade civil do SCBH do Rio Curimataí, solicitou ao mobilizador social que verificasse qual tipo de apoio o Comitê poderia disponibilizar para apoiar a revitalização do Riachão, eis que ele expôs a possibilidade de doação de mudas de plantas de reflorestamento de mata ciliar, a ideia foi aceita pelos Cuidadores do Riachão.

Assim, a coordenadora Tamires Nunes, propôs aos conselheiros um dia de ação em campo para apoio no projeto de revitalização do Riachão no município de Buenópolis, juntamente com os Cuidadores do Riachão, projeto liderado pelo casal Gilberto e Vera em parceria com Marina Pimenta, se dedicaram ao longo de 2020 em prol da limpeza da área, infraestrutura estética, plantio de árvores, manejo nos cursos d’água e conservação em geral desta importante área de lazer do município.

Dessa forma, o próximo passo foi solicitar formalmente as mudas ao CBH, verificar um meio de transportá-las e, mais importante, mobilizar os conselheiros e voluntários da sociedade em geral para a efetivação dessa ação. O mutirão de plantio ocorreu em dezembro de 2020 e contou com o apoio de membros da ARPA.

Toda essa articulação, em prol do Riachão, partindo do SCBH do Curimataí para o CBH Velhas, despertou o interesse da equipe de comunicação da Revista Velhas, e o

resultado foi a produção de uma matéria exclusiva publicada na edição de nº 13 da revista, colocar a data de publicação em que as lideranças representativas do subcomitê, dos Cuidadores e da Arpa concederam a entrevista, que foi disponibilizada na versão impressa da revista e por vídeo, no canal do youtube.

Figura 6: Matéria publicada sobre o Riachão na Revista Velhas, nº 13 (data de publicação)



Fonte: Revista Velhas, ed. XXIII, abril de 2021.



No fim do ano, mais um impacto para o grupo, o mobilizador social que acompanhou os trabalhos por quase cinco anos, anunciou que havia conseguido uma nova oportunidade de trabalho fora do CBH Velhas. Todo o grupo sentiu muito essa quebra de vínculo, pois este mobilizador era validado pelo grupo como sendo o tipo ideal, um líder carismático, um idealista que motivava e direcionava os anseios dos conselheiros, sempre atento a realizar a mediação dos conflitos internos e porta voz das demandas locais no Comitê e na Agência Peixe Vivo.

Em fevereiro de 2021 foi apresentada a nova mobilizadora social, que ficou poucos meses nesta função, mas, em sua rápida passagem, fez apenas uma reunião com alguns membros e a grande questão era a respeito da articulação local para realização de uma nova eleição. Pouco tempo depois, ela foi substituída por uma nova mobilizadora, por questões internas do comitê.

Para a nova mobilizadora a demanda da vez era sobre a parceria com a ARPA para realização do Estudo de Qualidade das águas do Rio das Pedras, afluente do Riachão. Logo em seguida, a nova demanda partiu da gestão do Parque Nacional das Sempre Vivas, solicitando auxílio na sensibilização quanto às queimadas anuais que ocorrem na região. Diante dessas três grandes demandas que a nova mobilizadora ficou imbuída, articulação para nova eleição, estudo de IQA, e sensibilização para as queimadas, nenhuma foi atendida, desmotivando assim a única coordenadora que estava lutando pela continuidade das ações.

Dentre as ações exitosas promovidas pelo SCBH em 2021, destacamos: a participação no diagnóstico de nascentes do Riachão protagonizada pela ARPA, o recebimento e distribuição de mais de oitenta mudas doadas pelo Viveiro Langsdorff e a concessão de mais uma entrevista sobre a parceria no plantio das mudas às margens do Riachão, dessa vez em formato de podcast, contando com a participação da então secretária de meio ambiente de Buenópolis, que frisou as iniciativas da prefeitura para colaborar na revitalização do Riachão.

Por fim, em junho de 2021, atendendo à demanda do Estudo de IQA das águas do Rio das Pedras, a equipe de mobilização do Velhas realizou a coleta de amostras em quatorze pontos mapeadas pela ARPA, sendo pontos focais da investigação. Esse trabalho resultou num relatório técnico emitido pelo CBH Velhas, alimentando o banco de dados da ARPA para proposição de ações de conservação dos recursos hídricos.

O imbróglio com as tentativas de encontrar uma mobilização social que atendesse às demandas do conselho se arrastou por meses, com muita insistência da coordenação interina, mais uma vez houve substituição da coordenação para uma nova mobilizadora, que colaborou na articulação de novos atores sociais simpatizantes com a causa ambiental para compor uma nova gestão e conseguiu proporcionar que a assembleia para votação da nova coordenação acontecesse presencialmente, contando com a presença do coordenador da equipe de mobilização, o médico e professor universitário Francisco Rubió. Com esse esforço coletivo foi possível formar um grupo um pouco mais heterogêneo, que possibilitou a participação de novos conselheiros a fim de alavancar novamente as ações socioambientais inerentes ao território comum.

A observação participante aqui apresentada aconteceu no período de abril de 2019 a dezembro de 2021, período em que a autora desta pesquisa esteve fortemente ligada a este conselho, decidiu por não entrar no mérito de analisar a atuação do SCBH em 2022, por estar distante das reuniões e da participação ativa.

CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relato de experiência analisado evidencia a capacidade da mobilização social efetiva de promover uma governança mais fluida em um colegiado heterogêneo, como o Subcomitê de Bacia Hidrográfica do Rio Curimataí, que integra representantes dos municípios de Augusto de Lima, Buenópolis e Joaquim Felício. A articulação entre diferentes atores sociais demonstra que, mesmo diante de adversidades, o engajamento coletivo pode fortalecer os processos de participação e contribuir para a consolidação da gestão democrática dos recursos hídricos.

A mediação e o engajamento giram em torno de um único objetivo em comum: a recuperação e preservação dos recursos hídricos e ambientais da bacia do Rio Curimataí. Isso sempre foi reforçado nas reuniões do grupo, em que eram levantados os problemas da região em consonância com o debate de ideias propositivas para encontrar as melhores soluções dentro das possibilidades e realidade local.

Neste suscinto memorial, que revisitou atas de reuniões e relatórios de projetos, em um curto período de quatro anos (2015 a 2019) é perceptível como a participação social, em uma gestão participativa e horizontalizada, gera a incansável tentativa para o aprimoramento dos instrumentos para melhor gestão dos recursos hídricos. Nas primeiras ações apresentadas

lançaram-se mão da educação e sensibilização ambiental com o aporte da comunicação e da transparência relativas às informações ambientais.

No entanto, após três grandes eventos que impactaram a articulação do conselheiro, é possível aprender o quanto é tênue a linha traçada pela participação efetiva em consonância com o engajamento da mobilização social. É um contrato social, firmado na confiança de que transformações e intervenções são possíveis através da luta coletiva pelo bem comum.

Conforme apresentado ao longo deste estudo, é notável o pioneirismo do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas em ser o primeiro comitê do estado de Minas Gerais, é louvável sua iniciativa de absolver o êxito do Projeto Manuelzão e incorporar em sua estrutura a subdivisão de Unidades Territoriais Estratégicas e Subcomitês, para assim conhecer o Velhas para além de sua calha central.

Por outro lado, podemos averiguar no estudo de caso os percalços enfrentados pelo SCBH do Rio Curimataí em um momento adverso, após uma sequência de fatos, que não havia um plano de contingência para garantir a continuidade do processo. E ainda assim, após dois anos do grande marco da pandemia mundial, não há nenhuma publicação do CBH Velhas que mencione a necessidade da revisão do método de abordagem da equipe de mobilização.

Em primeiro lugar, reafirmamos que a luta pela causa ambiental é constante, é diária, os impactos acontecem a todo instante, apesar de termos inúmeras leis que prometem estabelecer um equilíbrio e “sustentabilidade”, sabemos que nessa tríade o capital vem sendo vencedor há décadas, em detrimento dos aspectos ambiental e social.

Em segundo lugar, o planeta Terra vem dando sinais de sua exaustão com a exploração dos recursos naturais, a prova maior desse desequilíbrio foi evidenciada pela pandemia mundial do coronavírus em 2020, ela obrigou o mundo capitalista a se reinventar para suportar o isolamento social, a era digital se firmou como alternativa para vários setores.

Diante do exposto, defendo a ideia de que métodos de trabalho que buscam a participação social precisam ser revisados de acordo com a dinâmica social. Talvez em 2006, quando o SCBH foi fundado nesta microbacia do Rio Curimataí, os encontros mensais com a equipe de mobilização atendiam às demandas locais, entretanto, após o marco da era a tecnologia da informação digital, o tráfego informacional circula em alta velocidade, o comportamento social é cada vez mais emergente, buscamos por respostas imediatas.

Desta forma, questiono se a método dos Comitês de manterem um corpo técnico de analistas ambientais centralizados do alto de um prédio na capital mineira, que conhecem as UTE's superficialmente através de cartas cartográficas, que realizam visitas nas UTE's pontualmente poucas vezes por ano e que ainda insiste em realizar encontros virtuais, é capaz de

promover a transformação socioambiental prevista no Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas com validade até 2030.

Se reconhecemos que ninguém melhor para realizar o diagnóstico socioambiental de um perímetro que o próprio habitante local, por que não testar um programa de Agente Local de Mobilização? Atualmente existem 18 SCBH ao longo do Rio das Velhas, se cada um deles tivesse a oportunidade de indicar um ativista ambiental local, entendedor do território, apartidário na política local, poderia ser um ponto focal para o recebimento de informações sobre impactos ambientais. E mais, se formos um pouco mais ambiciosos, poderia se pensar em um convênio entre o CBH Velhas com as prefeituras compreendidas dentro de cada SCBH para disponibilização de um veículo para uso exclusivo desse Agente Local de Mobilização, assim ele poderia executar uma agenda de visitas nas comunidades locais, monitorar os corpos hídricos e ser um elo efetivo de participação social. Conectando às demandas individuais de cada comunidade até os órgãos responsáveis, orientando e proporcionando educação ambiental para todos os públicos.

REFERÊNCIAS

ANA. Agência Nacional de Águas. **Comitês de Bacias Hidrográficas**. Disponível em: na.gov.br/gestao-da-agua/sistema-de-gerenciamento-de-recursos-hidricos/comites-de-bacia-hidrografica-antigo. Acesso em: 30 set. 2020.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos hídricos. Brasília.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CBH VELHAS (Minas Gerais). **Cartilha plano diretor de recursos hídricos unidade territorial estratégica Rio Curimataí**. Co Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. 2016. Disponível em: https://issuu.com/cbhriodasvelhas/docs/cartilha_riocurimatai_22_5x27cm_201. Acesso em: 30 set. 2020.

_____. **Plano Diretor De Recursos Hídricos Da Bacia Hidrográfica Do Rio Das Velhas: resumo executivo**. Belo Horizonte: CBH Velhas, 2015.

_____. **Reunião dos Subcomitês do Médio Baixo e Baixo Rio das Velhas encerra os "Diálogos Regionais"**. 2022. Disponível em: <https://cbhvelhas.org.br/noticias/reuniao-dos-subcomites-do-medio-baixo-e-baixo-rio-das-velhas-encerra-os-dialogos-regionais/>. Acesso em: 28 out. 2022.

_____. **Uma história da gestão participativa das águas: o destino dos peixes prenuncia o nosso**. Salvador Ba: Gato Preto, 2021.

CBHSF (Brasil). **O que é um Comitê de Bacia**. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Disponível em: <https://cbhsaofrancisco.org.br/o-cbhsf/>. Acesso em: 30 set. 2020.

INOVEA SOLUÇÕES EM ENGENHARIA AMBIENTAL (Belo Horizonte-MG). **Projeto Hidroambiental Na Unidade Territorial Estratégica (Ute) Rio Curimataí**: relatório consolidado de educação ambiental, comunicação e mobilização social. Bacia Hidrográfica do Rio Curimataí: Inovesa Soluções em Engenharia Ambiental, maio de 2019.

MINAS GERAIS. Instituto Estadual de Florestas. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad. **Expedição Hídrica Parque Serra Do Cabral**: vertente Rio Curimataí/bacia do Rio das Velhas. Serra do Cabral: Instituto Estadual de Florestas - IEF, 2015.

TORO A., Jose Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização Social**: Um modo de construir a democracia e a participação. Brasília, Ministério da Justiça, 1997.

WILD, BIANCA. **Tipos de Dominação Max Weber**, 2013. Disponível em: <https://cafecomsociologia.com/os-tipos-de-dominacao-segundo-max-weber/>. Acesso em: 28 out. 2022.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH Velhas), na pessoa de sua ex-presidenta Poliana Valgas, pelas ações desenvolvidas no território e no ambiente virtual durante o contexto da pandemia, das quais tive o prazer de participar.

Ao Subcomitê de Bacia Hidrográfica do Rio Curimataí (SCBH Curimataí), pelos anos em que tive a oportunidade de contribuir (2019–2024), e ao mobilizador de 2019–2020, Sr. Élio Domingos, pelos aprendizados e pelos relatos que auxiliaram na construção deste trabalho. Registro também minha gratidão à colega de especialização e diretora da Agência Peixe Vivo, **Rubia Mansur**, pelo presente do livro *Uma história da gestão participativa das águas*, obra que serviu de base teórica central para este estudo.

Este artigo, versão adaptada do meu Trabalho Final de Especialização em Recursos Hídricos e Ambientais (UFMG), é dedicado à memória do companheiro Hugo de Azevedo Lana Filho (1962–2020, in memoriam), ativista ambiental, técnico sanitarista, diretor de Meio Ambiente de Buenópolis e coordenador geral do SCBH do Rio Curimataí. Amigo e incentivador da minha trajetória profissional, sua presença foi fundamental desde o nosso encontro no seminário de entrega do Projeto Hidroambiental, citado neste estudo. Recordo suas palavras inspiradoras: “o rio que eu quero é enorme”, e seu incentivo ao saber da minha matrícula nesta especialização. A ele, que me transmitiu fé e esperança, registro minha gratidão profunda.

